



O TUPI E O SABIÁ: GONÇALVES DIAS E A ETNOGRAFIA DO IHGB EM *BRASIL E OCEANIA*

Kaori Kodama*

Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

kaori@coc.fiocruz.br

RESUMO: Este artigo procura abordar o estudo *Brasil e Oceania*, de Antonio Gonçalves Dias. Escrito entre 1850 e 1853, o estudo era uma resposta a um programa elaborado por Dom Pedro II, em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao traçarmos as relações entre este estudo etnográfico e as reflexões de Gonçalves Dias sobre a nacionalidade, é possível observar que ali estariam presentes questões relativas ao papel da língua falada no Brasil, e ao debate sobre o “lugar” ocupado pelo índio na História do Brasil. O artigo nos permite destacar tanto algumas das características da etnografia indígena realizada no IHGB na década de 1850, como refletir sobre as implicações da percepção do “índio” como elemento da formação da nacionalidade pelo poeta.

PALAVRAS-CHAVE: Indianismo – Etnografia (história da) – Nação

ABSTRACT: This article aims to analyse the study *Brazil and Oceania*, of Antonio Gonçalves Dias. The book was written between 1850 and 1853, it was an answer to the program elaborated by the Emperor Dom Pedro II, in session of the Brazilian Geographical and Historical Institute – *IHGB* in Portuguese. By sketching the relations between this ethnographical study and Gonçalves Dias’s reflections about the nationality, it is possible to observe and find out the presence of the issues about the language spoken in Brazil and the debate carried on about the “place” occupied by the Indian in the History of Brazil. The article allows us to stand out some aspects/characteristics of the Indian/native ethnography carried out in the Institute – *IHGB* by the decade of 1850’s, as well as to stress some implications of Gonçalves Dias’s perception of the Brazilian Indian as one of the basis of the nationality.

KEYWORDS: Indianism – Ethnography (history of) – Nation

No decorrer dos anos de 1850, a instituição imperial que cuidava de coligir os documentos históricos para uma história do Brasil, contava cada vez mais entre seus assuntos históricos e geográficos com um tema que aparecia como subjacente àqueles: a etnografia. Antônio Gonçalves Dias, o poeta romântico que ganharia vaga entre os membros da instituição, cujo papel de difusor do indianismo já se faria sentir desde sua

* Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisadora visitante da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz.

chegada na Corte na década de 1840, seria um dos defensores deste estudo. Prova disso é a memória escrita pelo autor, intitulada *Brasil e Oceania*.

A memória *Brasil e Oceania* saíra como resultado de uma tarefa designada por Pedro II, que tinha o costume de distribuir programas de teses para os sócios do Instituto Histórico. Neste programa, Pedro II pediria a comparação do “[...] estado dos indígenas da quinta parte do mundo com os do Brasil, considerados uns e outros na época da respectiva descoberta, e deduzir quais ofereciam maiores probabilidades à empresa da civilização”.¹

Entretanto, o problema sobre o “estado” civilizatório dos indígenas estaria no cerne das preocupações científicas do momento entre naturalistas como von Martius, que teria a ver com a idéia de decadência dos povos americanos, pregado e discutido no meio acadêmico de então, como veremos adiante. A questão de Pedro II também nos aponta para um outro aspecto do conhecimento ali visado, mais especificamente quanto à implicação de uma proximidade, e muitas vezes sobreposição nos sentidos compreendidos dos termos civilização e catequese no caso dos índios brasileiros, e, portanto, uma interpretação dada *a priori* sobre aqueles grupos. São, desta forma, justamente os pontos que nos distanciam das perspectivas da etnografia dos letrados do Império e que ali ganham certa coerência, revelando-nos também uma forma de se discursar e associar o indianismo e a construção de um lugar histórico do índio.

Brasil e Oceania, entretanto, não havia sido propriamente um trabalho de apreço para o próprio autor. A falta de apreço ao trabalho que se via obrigado a realizar deveria certamente se vincular ao momento particular de sua vida afetiva. Um casamento sem paixão, que já nos primeiros anos mostrava os desencantos e decepções que talvez aguçassem no poeta a vontade de retorno à casa do seu grande amigo, que chamava carinhosamente em suas cartas de Teófilo. Durante o tempo de elaboração escrevia em tom de confissão a seu amigo:

O trabalho que me deu o Imperador está também na massa dos possíveis: poucos estudos tenho feito sobre a Austrália, e parece-me que o mais cordato é ir de passeio ao Pará estudar mais de perto os nossos indígenas lucrando ao mesmo tempo ocasião de completar os

¹ BANDEIRA, Manoel. Vida e Obra do Poeta. In: DIAS, Antonio Gonçalves. **Gonçalves Dias** – Poesia e Prosa Completas. Organização de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1998, p. 32.

outros meus trabalhos na tua companhia, ou nesses meses de folga que pretendo ter muito breve, se Deus quiser.²

Ao finalizá-lo, Gonçalves Dias revelara em cartas ao amigo Alexandre Teófilo de Carvalho Leal seu fastio e fadiga diante da redação de um trabalho realizado em um momento conturbado de sua vida privada, e sem outras motivações que o sentimento de obrigação ao monarca: “[...] concluí minha negra, e negregadíssima ‘Memória’ – não podendo mostrar outra coisa senão que estudei a matéria. Não posso ser juiz muito competente, mas a avaliar pelo que me custou de estudos e enfados, dever ser um demônio bem maçante”.³

Se a viagem poderia lhe dar o ensejo de um reencontro com sua terra natal e pessoas queridas, ela se faria importante por um primado que faltara na composição de seu trabalho, e que a carta revela: uma investigação levada ao campo. Com efeito, uma viagem ao Norte para a observação dos índios só viria a ser feita dez anos depois, quando de sua participação na Comissão Científica de Exploração.

O que seria de proveito deste trabalho para nós seria esclarecer um pouco a relação entre a monografia e o programa de estudos de áreas de interesse do autor, que incluiria aspectos como a sua intenção de escrever uma história dos jesuítas, a publicação de um dicionário da língua tupi, em 1857, e ainda a sua atuação na comissão científica de exploração do Ceará, na seção etnográfica.

Trata-se aqui, portanto, de expor o vínculo que existia entre o indianismo literário de Gonçalves Dias e o estudo que buscou realizar acerca dos índios, e que englobava dois interesses do poeta, ao menos: 1) o despontar de uma preocupação com o lugar do índio na História do Brasil, e que a geração romântica defenderia a partir de uma criação de um passado mítico brasileiro através do índio, ponto este que nos indica uma convergência entre literatura e história, presente naquela geração, como já foi ressaltado por autores como Antonio Candido;⁴ e 2) o de relevar sua preocupação com a

² CARTA DE ANTÔNIO Gonçalves Dias a Alexandre Teófilo. 4 de abril de 1850. in: **Correspondência Ativa de Antonio Gonçalves Dias** – Anais da Biblioteca Nacional, n. 82 (1964), Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1971, p. 118.

³ CARTA DE ANTÔNIO Gonçalves Dias a Alexandre Teófilo. 4 de abril de 1850. in: **Correspondência Ativa de Antonio Gonçalves Dias** – Anais da Biblioteca Nacional, n. 82 (1964), Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1971, p. 79.

⁴ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, vol. 1 1993. Mais recentemente, ver. PUNTONI, Pedro. *A Confederação dos Tamoyos* de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 45, p. 119-130, julho de 1996.

língua portuguesa no Brasil, sua diferenciação com a língua portuguesa de Portugal, a partir da influência do Tupi.

O interesse etnográfico surge a partir da busca da elaboração de uma escrita da história do Brasil, que se particularizava por sua “cor local”, questão que já havia sido enunciada no início dos anos de 1840, por von Martius, em memória escrita para o IHGB.⁵ O poeta brasileiro também esclareceria de sua parte a necessidade de estudo dos temas indígenas em um artigo escrito para o primeiro número da Revista Guanabara, de 1850. Naquele artigo, intitulado “História Pátria”,⁶ Gonçalves Dias justificaria a importância de estudar os índios brasileiros por seus aspectos poéticos:

Convinha [...] que nos descrevesse os seus costumes, que nos instruisse nos seus usos e na sua religião, que nos reconstruísse todo esse mundo perdido que nos iniciasse nos mistérios do passado como caminho do futuro, para que saibam donde e para onde vamos: convinha enfim que o poeta se lembrasse de tudo isto, porque tudo isso é poesia; e a poesia é a vida do povo, como a política é o seu organismo.⁷

O estudo etnográfico, na opinião de Dias, fecundaria a visão de um “historiador poeta”. Também, a seu ver, as vantagens em estudá-los seria de proveito para o “historiador político”. Estas duas definições do historiador surgem no artigo para a *Revista Guanabara*, e nos parecem interessantes para rever sua posição diante de sua defesa do estudo do índio para a história, e também para indicar o que advogaria como elemento da sua construção poética, mostrando a convergência da história e da poesia. Segundo Gonçalves Dias, “[...] quem quer que for bom historiador deve ter uma destas duas coisas: ser político ou poeta”.⁸ O primeiro “[...] resume todos os indivíduos em um só indivíduo coletivo, generaliza as idéias e os interesses de todos, conhece os erros do passado e as esperanças do futuro, e tem por fim – a nação”.⁹ Já o historiador poeta, “[...] resume as nações em uma só nação, simpatiza com todas as suas grandezas, execra todas as suas torpitudes, e generalizando todos os sentimentos, todas as aspirações do

⁵ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 2, 1843.

⁶ Trata-se de uma crítica aos “Anais Históricos do Maranhão” escrito por Bernardo Pereira de Berredo, administrador português do século XVIII.

⁷ DIAS, Antonio Gonçalves. **História Pátria** – Reflexões sobre os Anais Históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo, *Guanabara*, Rio de Janeiro: Typ. Guanabarensis, v. 1, t. I, fevereiro de 1850.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

coração humano, tem por fim a humanidade”.¹⁰ Embora a definição do historiador seja por parte pouco precisa, é possível constatar em alguma medida que sentidos procurava atribuir Gonçalves Dias a estas noções. Em parte elas encontravam eco no que diria Martius no programa “Como se deve escrever a História do Brasil”,¹¹ sobre o caráter ou pragmático ou filosófico que o historiador deveria possuir; e ao mesmo tempo encontravam referências em uma tradição romântica de reflexão sobre a história, que pode ser localizada em Wilhelm von Humboldt sobre a tarefa do historiador.¹²

O que interessava a Gonçalves Dias era a possibilidade de um alcance universal para a História, a partir daquele “primeiro tópico” a ser tratado, a dos índios, para configurar em uma história particular, a do Brasil; da mesma forma – podemos aqui afirmar – que deveria ser universal em sua poesia (“generalizando todos os sentimentos...”) a inspiração buscada nos índios, que “[...] pertencem tanto a esta terra como a seus rios, como os seus montes, e como as suas árvores”.¹³ Esta tematização do índio teria lugar, como é conhecido, no indianismo literário gonçalviano, e estaria já presente em suas “Poesias Americanas”, nos *Primeiros Cantos*, que viria a lume em 1846. Sabemos que o programa de criação de uma literatura que particularizasse o Brasil – sua “independência literária” – que desembocou no indianismo dos românticos brasileiros, já estava definido desde há 20 anos, por Ferdinand Denis.¹⁴ A transposição da temática indígena para o campo da história feita por Gonçalves Dias parece mesmo uma dedução lógica do indianismo literário, quando se tem em vista a aproximação das fronteiras destes campos, tão comumente exercida por aquela geração. Entretanto, o modo de fazer esta aproximação entre poesia e história, em Gonçalves Dias, teria uma

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ver MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 1843. tomo 2.

¹² Não procuro supor a leitura ou ligação direta entre o que escreve Gonçalves Dias em “História Pátria” e Humboldt, embora não seja necessário descartar de todo um contato mínimo do poeta com os escritos do lingüista e fundador da Universidade de Berlin. Porém, o que me parece importante é a difusão de uma certa reflexão sobre a história a partir de Humboldt, que aponta para a “verdade autêntica” que o historiador é capaz de expor, e que se encontra a princípio *invisível*, e que portanto, só a técnica – cuja aproximação com a que é lançada pelo poeta é posta por Humboldt, embora também para fazer as distinções, salientando o campo da história como autônomo – do historiador, através do contato interior, de intimidade, seria capaz de revelar. O “historiador-poeta” de Gonçalves Dias aproxima-se desta noção de “verdade autêntica”, não-visível a princípio. Ver: HUMBOLDT, Wilhelm von. **A tarefa do historiador**. Anima – história, teoria e cultura. Tradução de Pedro Spinola Pereira Caldas. Curitiba: Casa da Imagem, n. 2, p. 79-89, 2002.

¹³ Ibid

¹⁴ Cf. CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, vol. 1 1993. Mais recentemente, ver. PUNTONI, Pedro. *A Confederação dos Tamoyos* de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 45, p. 288, julho de 1996.

forte conexão com uma certa percepção do uso daquela temática, revelada no seu intuito de estudar os índios. De fato, mais do que a utilização de uma “cor local”, vista como um elemento da paisagem, como a temática indígena era abordada no indianismo, ela deveria ser para o poeta a busca de uma identificação com um *sentimento*. No artigo para a Guanabara, Gonçalves Dias afirma ainda que só o historiador poeta poderia adquirir a universalidade, e para isso, era preciso aproximar-se do sentimento do “povo”.¹⁵ A seu ver, muitas das características que ainda se encontravam nas pessoas do povo eram as dos índios brasileiros: aspectos como o ensimesmamento, a resignação e também a teimosia. Sua crença na possibilidade de identificação com este sentimento nacional a partir do elemento indígena iria se traduzir no seu interesse pelos estudos etnográficos – chave científica nova para a compreensão dos povos não-europeus, que ganhava espaço em meados do século XIX. Esta mesma crença orientaria suas considerações sobre a língua, quando cria que termos de origem tupi ainda presentes expressariam a presença da atuação popular na fabricação da língua falada do Brasil, como veremos adiante. Assim, se o indianismo costuma ser visto como movimento literário que apesar de ter sido a primeira expressão de uma literatura nacional, o foi por vias em que a peça fundamental foi o índio idealizado, de certa forma, podemos dizer que a ótica científica – a etnografia – assim o poderia permitir. A empreitada de Gonçalves Dias não dispensava um conhecimento lido pela ciência sobre os índios brasileiros.¹⁶ De certa forma, não havia uma contradição entre aquele conhecimento e a do índio retratado pelo poeta. A “ferramenta” etnográfica de que dispunha, mais do que contradizê-lo, poderia reforçar seus personagens poéticos.

Brasil e Oceania foi escrita em duas partes, a primeira na qual o autor analisa os índios brasileiros, em que começa buscando determinar sua “origem” geográfica, ou o que chama de a “Judéia” dos índios brasileiros, que estaria em sua opinião no Amazonas, discorrendo sobre a migração, seus costumes, caracteres morais, físicos e intelectuais, à maneira dos trabalhos elaborados pelos naturalistas. Na segunda parte da

¹⁵ Cf. DIAS, Antonio Gonçalves. **História Pátria** – Reflexões sobre os Anais Históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo, *Guanabara*, Rio de Janeiro: Typ. Guanabarensis, v. 1, t. I, fevereiro de 1850.

¹⁶ José de Alencar ainda precisaria mais a busca de uma afinidade entre o conhecimento científico e o indianismo. Vide VINICIUS, Marcus. **Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de Pedro II**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 88-90.

memória, o autor trataria dos povos da Oceania, juntando as informações de relatos de viagem de exploradores do continente austral.

Gonçalves Dias não deixaria de ressaltar o aspecto do “curioso” em *Brasil e Oceania*, sobretudo em sua segunda parte. A Oceania instigava a curiosidade por ser desconhecida e exótica, o continente que teria ficado afastado dos olhos da ciência por mais tempo. E citando um dos relatos de que se utiliza exalta as “mais estupendas maravilhas da natureza”, as “raças humanas as mais opostas”, onde coexistiriam de pigmeus a gigantes, daquelas terras distantes. Mas a curiosidade deveria ser saciada com as investigações científicas, como diz dando início a sua exposição:

A vós porém não vos importam os prodígios e as maravilhas da terra oceânica. Diante desses fenômenos, que por todos os modos excitam a curiosidade, e deixam a imaginação como que estupefata e assombrada, passais como o navegante espanhol, que pela primeira vez atentaou na estátua gigantesca da mulher de Loth, de contínuo batida pelas vagas. [...] Nada disto: quereis fatos, datas, nomes, e com isto a descrição das raças, de seus costumes, com considerações sobre a sua sociabilidade ou perfectibilidade.¹⁷

À época em que Gonçalves Dias realizava seus estudos, crescia o interesse etnográfico sobre esta região do globo, e aumentava também o número de trabalhos científicos disponíveis. De fato, desde o começo do século XIX, era cada vez mais exigida por naturalistas de gabinete a acuidade dos viajantes-exploradores na coleta de informações sobre a natureza e o homem das regiões distantes da Europa. Cuvier traçaria em linhas gerais uma instrução escrita aos viajantes para a coleta de crânios de “selvagens”, a fim de realizar, através da anatomia comparada, uma classificação das diferentes raças do mundo.¹⁸ Qual seria, então, o conhecimento etnográfico mobilizado por Dias para realizar seu estudo? Pretendemos aqui neste pequeno espaço, indicar apenas alguns aspectos que o autor traça sobre os índios brasileiros, uma vez que ali estão presentes elementos que o permitem criar o índio de sua poesia.

¹⁷ DIAS, A. Gonçalves, “Brasil e Oceania”. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, Garnier, t. 30(part 2), p. 303, 1867.

¹⁸ CUVIER, Georges. **Instructive note on the researches to be carried out relative to the anatomical differences between the diverse races of man** [título original: Notes instructives sur les recherches à faire relativement aux différences anatomiques des diverses races d'hommes]. Cuvier representaria a inflexão das ciências naturais no início do século XIX para a tradição não-evolucionista, estática da anatomia comparada. De certa forma, Cuvier é também responsável pela tradição da antropologia física que se instaurava naquele século, reforçando o conceito de raça, ainda difuso no século XVIII. Cf. STOCKING, George. **Race, culture, and evolution**. Chicago; London: University of Chicago Press, 1982, p. 29.

Em primeiro lugar, Gonçalves Dias trata de uma divisão dos índios brasileiros, recorrente na etnografia do século XIX: a que contrapunha tupis e tapuias. Não por simples coincidência, como já foi destacado por Manuela Cunha Carneiro e John M. Monteiro, esta percepção reforçava a divisão dos grupos indígenas saídas dos relatos coloniais, que tendiam a contrapor os índios do litoral – os grupos tupis que em grande parte fizeram alianças com portugueses e sofreram aculturação no processo de colonização – com os índios do sertão. Entretanto, nem todos os etnógrafos que passaram pela América na primeira metade do século XIX confirmaram esta mesma divisão. Alcides d’Orbigny, por exemplo, colocava em um único grupo todos os índios da maior parte do Brasil, como *brasilio-guarany*s. Martius identificaria 8 ou mais grupos, ou “raças”, de acordo com o que percebia como “dialetos” diferentes.

Textos publicados na Revista do Instituto Histórico ainda reforçavam a perspectiva que dividia em dois grandes grupos os índios do Brasil, como no artigo extraído do *Panorama*, jornal português de que era colaborador o historiador Varnhagen. Este artigo que seria publicado sem a assinatura do autor trataria da seguinte maneira esta divisão entre os grupos indígenas:

Em dois grandes grupos se podem estes [índios] comodamente dividir. O 1º. compreende todas aquelas nações ou raças de gentios indígenas, que falam com pouca discrepância a mesma língua geral e comum, a que por isso os europeus chamaram língua brasílica. Estes pela maior parte habitavam o litoral no tempo da conquista. No 2º. entram os que vivendo quase todos mais para o sertão têm entre si línguas e costumes diferentes.¹⁹

Gonçalves Dias diria a respeito dos povos indígenas do Brasil:

Duas raças, portanto, duas pelo menos, ocupavam o território do Brasil: uma com a mesma língua, fisionomia, armas e costumes habitava o litoral. Todas as tribos desta família eram designadas por vocábulos tirados da mesma língua, o que tende a estabelecer certa identidade de origem entre elas; ou, o que é mais notável, essas designações indicam de um modo incontestável o parentesco que as unia todas. Tupi, formado da palavra tupá, era a tribo mãe. Tamuí ou tamoio, avô; tupiminós, netos; tobajaras, cunhados; e alguns outros mais. [...] Outra raça, diversíssima entre si, fracionada sempre em luta, ocupava o interior. Esta pela cor da pele, pelos traços fisionômicos pertencerá a raça mongol (Le Brésil – F. Denis). Aquela tem no seu aspecto alguma coisa dos ramos menos nobres da raça caucásica.²⁰

¹⁹ ARTIGO EXTRAÍDO do ‘Panorama’. **Revista do IHGB**, t. 7, p. 499-507, 1845.

²⁰ DIAS, A. Gonçalves, “Brasil e Oceania”. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, Garnier, t. 30(parte 2), p. 14, 1867.

Vê-se assim, que a distinção que faz vem primeiramente da identidade da *língua*, e esta língua teria um estatuto diferente da dos “tapuias”, como veremos adiante. Ainda, seriam, os tupis valorizados por seus aspectos físicos, como nos sugere o autor. De fato, privilegiaria em seus estudos os tupis, visto que eram estes mais conhecidos, os que primeiro entraram em contato com os europeus – com a civilização, diria – sendo também, a seu ver, os mais fortes. E o autor faz esta distinção lançando mão das diferenças nos aspectos físicos, que incluem a medição do crânio, estatura, cor de pele; embora mantenha certas reservas quanto às teorias que associavam a capacidade intelectual do tamanho dos cérebros.

O que chama a atenção nesta distinção de duas principais “nações” é a caracterização das tribos tupis, que coincide com sua visão romântica do índio, basicamente, a do “índio manso”, assegurado pelo contato com a “civilização”, o que lhe permitia também retirar os atributos morais desejáveis. A separação feita por Dias recai na antiga percepção colonial das diferenças das diversas tribos indígenas, e que se mantinha no século XIX, na divisão entre índios mansos e índios bravos. Os últimos eram os índios dos sertões, ainda presentes à época em que era escrita a memória, em regiões de fronteira que começavam naquele momento a serem abertas, como nos ressalta Manuela Carneiro da Cunha.²¹ Neste sentido, como ainda afirma a autora, o modelo do índio Tapuia era o Botocudo, retratado por viajantes da primeira metade do século, que começavam a explorar regiões recém-abertas. Um dos autores mais utilizados por Gonçalves Dias para a descrição dos tapuias foi Maximilliam Wied-Neuwied, que percorrera por caminhos até então inexplorados do Rio de Janeiro até à Baía de Todos os Santos.²² Instruído por Blumenbach para coletar as informações sobre os índios, o príncipe naturalista se dedicara a estudar em grande parte os Botocudos da região recém-aberta no Rio Doce, ainda pouco conhecidos.²³

É por esta época que começa a se distinguir e a se sistematizar as tribos não-tupis, quando aumenta o interesse em se classificar as diferentes raças do mundo.

²¹ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 136.

²² A escolha do itinerário de viagem de Maximililam von Neuwied foi em parte influenciada por seu desejo de encontrar e estudar grupos indígenas ainda com pouco ou nenhum contato com os brancos. Seu relato de viagem inclui descrições das etnias Puris, Botocudos, Patachós, Coroados, Guaitacá e Maconis. Para um detalhamento sobre a viagem do príncipe Maximiliam, ver: DOMINGUES, Ângela. O Brasil de Maximiliano de Wied-Neuwied. **Revista Oceanos**, [Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses], Lisboa, n.18, 1994.

²³ Maximiliam levou consigo à Europa um “botocudo”, o índio Quack, seu criado, que viveu o resto dos seus dias no palácio do príncipe.

D'Orbigny, autor bastante utilizado por Gonçalves Dias em *Brasil e Oceania*, percorreria as regiões meridionais da América para buscar completar a classificação das diversas nações e tribos americanas, e assim classificaria as tribos brasileiras em um só grupo chamado de brasílio-guarani. A premência desta sistematização dos diferentes tipos humanos pela ciência de sua época, como decorrência do desenvolvimento do campo da zoologia, era assim exposta por d'Orbigny, na introdução de sua obra *O homem americano*:

Sin embargo, la zoología, sus aplicaciones y derivados, debía ocupar el primer lugar en nuestras investigaciones: era natural, entonces, que el Hombre, el más perfecto de los seres, exigiera observaciones tanto más especiales cuanto que en aquella época (1825) el immortal Cuvier, considerado todavía a los pueblos americanos muy poco conocidos como para creerse autorizado a incluirlos en una de sus grandes razas, los dejaba por completo de lado. Podemos decir que no se poseían aún nociones exactas de los habitantes del Nuevo Mundo y que solamente habían sido estudiados, desde un punto de vista verdaderamente filosófico, en las eruditas publicaciones del señor barón Alejandro de Humboldt.²⁴

Martius, por sua vez, fora quem primeiro identificaria o grupo lingüístico Jê.²⁵ Um problema associado às diferenciações das “nações” e tribos era o das migrações que haveriam feito. Estas migrações, no entender dos etnólogos poderiam ajudar a explicar, desde as “origens”, a forma como os grupos humanos – as raças – foram se diferenciando, e portanto, seria a partir da história daqueles povos, desde a Criação, que se poderia compreender a diversidade humana. No momento em que Gonçalves Dias se debruçava sobre os estudos etnográficos, a tradição bíblica não se encontrava dissociada das investigações dos etnólogos e naturalistas, embora o poligenismo ganhasse vários defensores e se manifestasse sobretudo na vertente da anatomia comparada, parte da etnografia feita nos anos de 1840 buscava ainda a conciliação entre a tradição bíblica e as observações a partir dos dados recolhidos por naturalistas. De certa forma, a corrente poligenista ganhava terreno principalmente na classificação das raças através da anatomia comparada. Como seria de imaginar, a geração brasileira romântica de

²⁴ D'ORBIGNY, A. *El hombre americano*. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1944, (1ª. ed. 1839), p. 15.

²⁵ Cf. apud CASTELO-BRANCO, Luciana Villas-Bôas. **Os Glossaria Linguarum Brasiliensium de von Martius**. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995. A publicação do trabalho etnográfico de Martius, **O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil**, data de 1832, e o glossário das línguas indígenas do Brasil, os **Glossaria Linguarum Brasiliensium**, de 1868. Neste último trabalho encontra-se mais claramente a classificação das tribos através dos troncos lingüísticos.

formação e tradição católica pouco se afeiçoaria a esta corrente, vista com bastante desconfiança, como demonstra Gonçalves Dias em certos momentos.

Se a etnografia tratava de uma história dos povos, ela deveria buscar solver a questão da “origem” das tribos tupi. O lugar de onde teriam migrado para outras partes do litoral brasileiro, que seria na direção do norte para o sul, era, para Gonçalves Dias, o Amazonas. Ponto de dispersão dos tupis, esta seria a “Judéia” dos índios brasileiros. Uma idéia de “origem” sempre carrega um sentido de mito. O Amazonas como lugar mítico se cola à busca de uma explicação “original” para o grande enigma das tribos indígenas do Brasil. Anos mais tarde, Gonçalves Dias escreveria em carta a Antônio Henriques Leal, ao visitar o Amazonas para coletar dados etnográficos para a Comissão Científica de Exploração, sobre a sensação de ali estar: “O Amazonas! Ao pronunciar esta palavra todo o coração brasileiro estremece”. Nesta carta, o poeta ao exaltar o Amazonas, associa imediatamente o sentimento de mergulho em sua natureza ao “sentimento invisível de amor da pátria”.²⁶ Esta associação entre o sentimento de estar na imensidão do Amazonas com o patriotismo não poderia deixar de se ligar à idéia de ser para Gonçalves Dias, o Amazonas o “berço” do Brasil, e a morada de origem também dos tupis.

A memória de Gonçalves Dias devia além de buscar compreender as particularidades dos índios brasileiros, em seu caráter físico e moral, responder à questão de se estes marchavam em direção à decadência, assunto desenvolvido no capítulo XII. A questão remete-nos novamente ao problema da história dos povos, objeto legítimo da etnologia de meados do século XIX. Para responder à pergunta do imperador, Dias lera a conferência realizada por Martius, intitulada “O passado e o futuro do homem americano”, feita em 1838, em que discutia sobre a marcha inexorável

²⁶ Continua Gonçalves Dias mais à frente: “Vós que, semelhantes a mim e a muitos outros, talvez sem razão, vos entristeceis ou irritais com o jeito que as nossas cousas vão tomando, acaso porque se vos tornou menos risonho o céu da vossa imaginação, – vós que, num acesso de hipocondria, chegastes a desamar a terra de que sois filhos e a descrer dos homens de quem sois irmãos, vinde-me aqui passar um quarto de hora em noite de luar sereno, ou nessas noites de escuro, ainda mais belas e mais serenas do que as outras, em que milhões de estrelas se refletem nas águas, e no escuro transparente do céu e do rio desenham o duplicado perfil dessas florestas imóveis e gigantescas: respirai-me estes aromas, que se elevam suavemente combinados, como de um vaso de flores colhidas de fresco, e haveis de achar-vos outro, e, como nos tempos felizes da juventude, capaz ainda das ilusões floridas, da confiança ilimitada, da fé robusta, nos sucessos, nos homens, no futuro, e, sequer por alguns momentos podereis sentir, haveis de sentir orgulho de vos chamardes *brasileiro* também”. DIAS, A. Gonçalves. “Carta A Antônio Henriques Leal”, Manaus 20 de dezembro de 1861. In: _____. **Gonçalves Dias – Poesia e Prosa Completas. Gonçalves Dias – Poesia e Prosa Completas.** Organização de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1998, p. 1118.

dos povos indígenas à decadência e extinção (extinção esta que era posta como elemento da natureza, e não como pura ação dos homens). O poeta procura argumentar, confrontando as previsões de Martius com opiniões de outros autores, como James Cowles Prichard, fundador da Sociedade Etnológica de Londres e autor de *The natural history of man*.²⁷ A visão de Prichard era claramente a do monogenismo bíblico, e contestadora da perspectiva autóctone dos índios americanos e de sua decadência. Gonçalves Dias, não querendo polemizar “com tão altos engenhos”, termina no entanto por concordar com Martius, dizendo que os índios brasileiros “caminhavam precipites para a sua completa decadência”, ainda que acreditasse que ela era fruto da própria colonização.²⁸

Este estado de decadência era possível ser evidenciado pela própria língua, uma vez que a língua tupi,

[...] tinha uma gramática que pelo bom ordenado de cada uma de suas partes mereceu de ser comparada à grega e à latina: demonstra mais hábito de reflexão do que o que encontramos no povo que a falava; abunda, como bem nota Martius em expressões que indicam certa familiaridade com as considerações metafísicas e concepções abstratas, a ponto de bastar para exprimir e explicar as verdades e os mistérios da mais espiritual de todas as religiões do cristianismo; e reina em toda ela tal ordem, tal método, que alguém disse já que os tupis não estavam em estado de a ter formado. Se não o estavam, e já o tinham feito, a consequência é que depois disso haviam decaído.²⁹

Vê-se, pois, na idealização que Gonçalves Dias faz da língua tupi, a compreensão do tupi como de origem nobre, próximo, portanto, de um passado clássico, o que forneceria uma legitimação necessária para a poesia local. A busca de não romper de todo com uma possível idéia de tradição para a poesia nacional teria seu correspondente para a História do Brasil com a visão dos índios como uma nação de guerreiros, e esta visão é comum à geração do autor, a ponto de ser parte dos programas do IHGB a busca de se solucionar, através da etnografia, o passado “misterioso” do

²⁷ Sobre J. C. Prichard, ver STOCKING, George. W. **Victorian Anthropology**. New York: The Free Press, 1987; e _____. **Race, culture, and evolution**. Chicago; London: University of Chicago Press, 1982.

²⁸ O fato de a colonização precipitar a decadência estaria evidenciado ainda pela dispersão das tribos Tupi para o interior, o que levariam a viver cada vez mais como as tribos “Tapuia”, com construções mais toscas que dariam lugar às antigas tabas. DIAS, A. Gonçalves, “Brasil e Oceania”. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, Garnier, t. 30(part 2), p. 265, 1867.

²⁹ Ibid.

Brasil, a que se referia Martius.³⁰ Esta compreensão enobrecedora do tupi teria como modelo a “língua geral”, confeccionada pelos jesuítas, que embora artificial, havia sido dicionarizada.³¹ Através dessa imagem, que transporta a língua geral para a condição de *língua primitiva*, Gonçalves Dias reafirma o que havia sentenciado Ferdinand Denis há mais de vinte anos: para captar a nacionalidade brasileira era preciso chegar ao sentimento do povo, daqueles que caracterizariam, por serem os mais “primitivos”, a essência da cultura – e que no caso eram os Tupi.

Seria mesmo a língua, para Gonçalves Dias, a base que definiria não só os caracteres intelectuais dos índios brasileiros, como também o caráter do povo: “[...] com preferência a qualquer outra cousa, é a linguagem de qualquer povo o que nos dá melhor o quilate da rudeza que se acha, ou do progresso que tenha feito”.³² E nesse sentido, a diferenciação da língua portuguesa no Brasil já era um dado, pois ela possuiria sobretudo uma *fala* distinta, com termos indígenas e africanos incluídos, como explicita em carta a Antônio Henriques Leal. É sobretudo nos termos indígenas que se atará Gonçalves Dias, como sabemos. A utilização poética pelos literatos era legitimada porque a seu ver ela já era empregada na fala, caberia aos primeiros introduzi-las na língua escrita: “Quanto à escolha de palavras indígenas e à sua introdução no nosso idioma ter-me-ia lembrado ‘arredondar’ algumas delas – das mais ásperas ou das menos sonoras, se eu não soubesse que isso há de ser elaboração lenta do povo e obra do tempo”.³³

Esta fonte de primitivismo ideada sobre o tupi receberia suas críticas ainda em sua época, por homens como o historiador Varnhagen. O que não impediria Gonçalves Dias de buscar um certo encontro íntimo com o índio, e que, através desta identificação

³⁰ Cf. MARTIUS, K. F. Ph. Von. “O passado e o futuro do homem americano”. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo**, t. 9, p.534-562, São Paulo, 1904 [1867].

³¹ Mesmo reconhecendo que a língua geral era artificial, von Martius a tomara como modelo de língua indígena. Tal fato pode ser explicado entre outros elementos, pela valorização da unidade lingüística representada pelo tupi jesuítico, em oposição à “corrupção”, “dispersão” e desagregação – fatores associados à falta de fixidez territorial: “A língua geral está sempre associada a fixação territorial, índios mansos, semi-selvagens, ou cristianizados”, ver CASTELO-Branco, Luciana Villas-Bôas. **Os Glossaria Linguarum Brasiliensium de von Martius**. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995, f. 66.

³² DIAS, A. Gonçalves, “Brasil e Oceania”. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, Garnier, t. 30(parte 2), p. 186, 1867.

³³ DIAS, A. Gonçalves, Carta Antônio Henriques Leal, Lisboa, Janeiro de 1864. In: _____. **Gonçalves Dias – Poesia e Prosa Completas**. **Gonçalves Dias – Poesia e Prosa Completas**. Organização de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1998, p. 1132.

poética,³⁴ buscava-o compreender mais como um “sentimento” do que por seu caráter exótico, sem que ele deixasse de ser alentado por um conhecimento – que virava do avesso o próprio “eu”, como civilização. O estudo etnográfico ficaria ali justificado.



www.revistafenix.pro.br

³⁴ Um exemplo é sem dúvida *O canto do índio*, ver: Ibid. p.111-113.